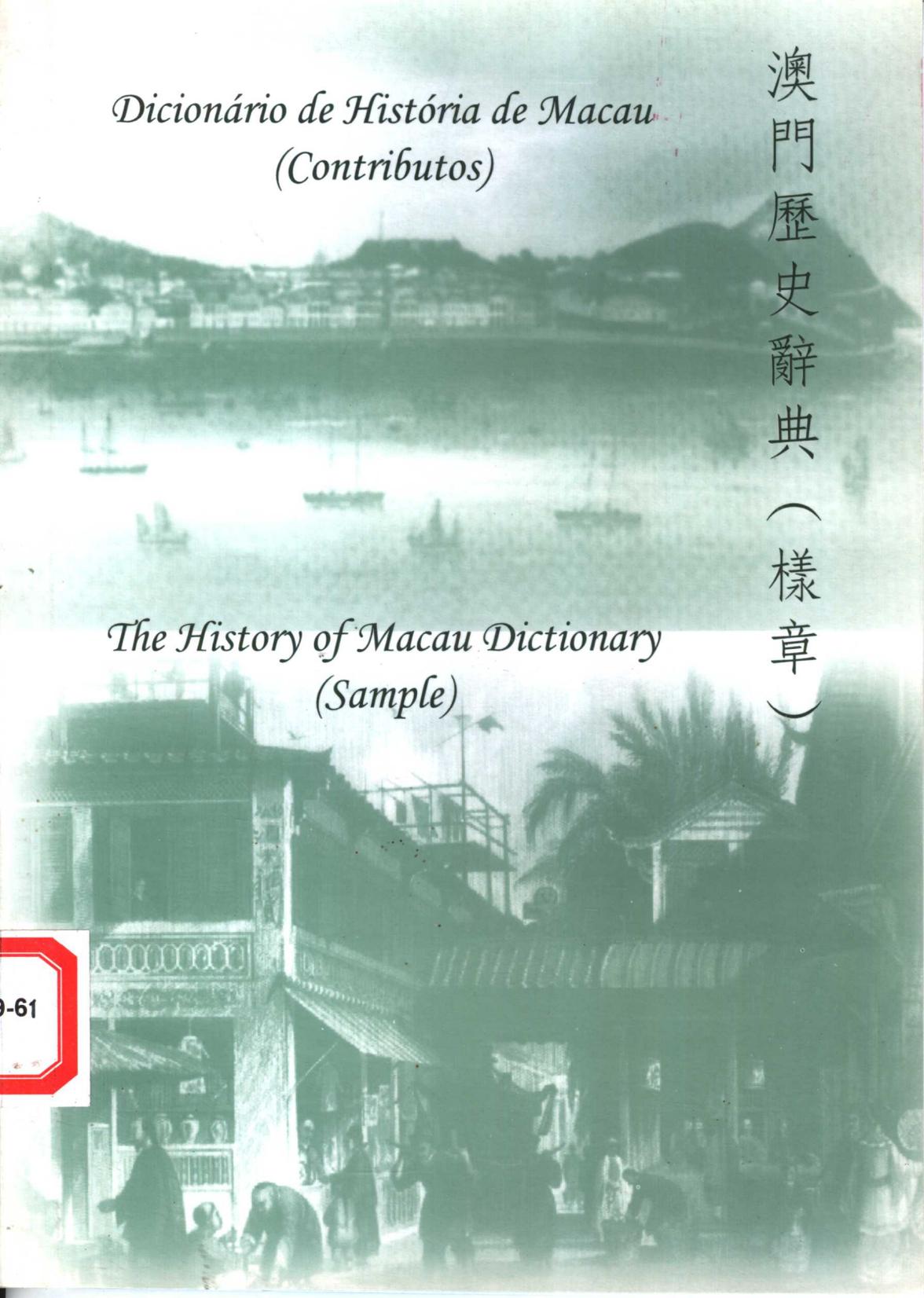


Dicionário de História de Macau
(Contributos)

澳門歷史辭典
(樣章)

The History of Macau Dictionary
(Sample)

9-61



Dicionário de História de Macau
(Contributos)

澳門
歷史
辭典
(樣章)

The History of Macau Dictionary
(Sample)



CONTRIBUTOS PARA O DICIONÁRIO

Amadeu Araújo
António Baptista
António Vale
Diego Yuuki
J. Ruiz-de-Medina
João Guedes
Leonel Barros
Leonor Seabra
Paulo Coutinho
Rodrich Ptak
Rui Loureiro
Teresa Sena
Yao Jingming

FICHA TÉCNICA

Título: Dicionário de História de Macau (Contributos)
Editor: Centro de Publicações, Universidade de Macau
Composição gráfica e Produção: Célia Brás
Impressão: Oficina de Imprensa da Universidade de Macau,
Tipografia Mandarin
Ano: 2000
Tiragem: 500
ISBN: 99937-26-00-1
Universidade de Macau, 2000

ÍNDICE

Nota de Abertura	5
A - MÁ	7
Couros, Mateus de	9
Clube Militar de Macau	13
Embaixada Mártir	17
Ferreira, José Inocência dos Santos (Adé)	21
Maçonaria	25
Nau do Trato	29
Santo António (Templo Católico)	33
Seda	37
Senado (Leal Senado)- instituição e funcionamento até à Revolução de 1820	41
Sião, Relações de Macau com o	47
Sun Yat-Sen	51
Wu Li (Simão Xavier da Cunha),1632-1718	55

目錄

前言	59
阿媽	61
馬特烏斯·德·科羅斯	63
澳門陸軍俱樂部	67
殉難者使團	71
若澤·伊諾森西奧·多斯桑托斯·費雷拉(阿德).....	75
共濟會	79
大商船	83
聖安東尼堂(天主教堂).....	85
絲綢	89
議事會	93
澳門與暹羅的關係	97
孫中山	101
吳歷 (1632-1718).....	105

INDEX

Opening Note	109
A - MÁ	111
Couros, Mateus de	113
Macau Military Club	117
The Martyred Embassy	121
Ferreira, José Inocêncio dos Santos (Adé)	125
Freemasonry	129
'Nau do Trato'	133
St. Anthony (A Christian Temple)	137
Silk	141
The Senate: institution and functioning until the 1820 Revolution	145
Relationship Between Macau and Siam	149
Sun Yat-Sen	153
Wu Yushang (Simão Xavier da Cunha)	157

NOTA DE ABERTURA

No ano lectivo de 1997-98, um grupo de docentes do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, assumiu a tarefa de organizar o *Dicionário de História de Macau*. Neste seriam compendiados, de modo conciso, os principais valores respeitantes à história de Macau, salientando o convívio do povo chinês e de outros países do Extremo Oriente com os portugueses e outros povos, desde o séc. XVI até à actualidade.

Do levantamento levado a cabo relativamente às instituições, personalidades e eventos, que mais fortemente marcaram a vida e actividades dos portugueses e chineses em Macau, registámos cerca de 600 possíveis “entradas” para figurar no Dicionário. Destas trazemos hoje aqui treze como “amostragem”.

Da mesma forma, procedemos ao inventário dos eventuais colaboradores, entre os docentes universitários e demais estudiosos ligados às diversas áreas relativas à história de Macau. Assim, dos 150 nomes catalogados, mais de uma centena está nesta altura a enviar-nos ou a terminar a redacção dos verbetes distribuídos.

Quanto ao material que temos em nosso poder, contamos já mais de metade do trabalho redigido para o montante perspectivado de 910 páginas A4, a dois espaços. Isto nos dá a garantia de que estamos no recto caminho e que o *Dicionário de História de Macau* virá a ser um monumento - *aere perennius* – ao intercâmbio e à amizade perene entre Portugal e a China, através de Macau.

Instituto de Estudos Portugueses, Dezembro de 1999.

O Coordenador
António Baptista



A-MÁ

Antes do próprio nome de Macau existir, já esta nesga de terra banhada pelas águas lodosas do delta do rio Sikiang estava ocupada por pescadores chineses que em frágeis barcos percorriam a costa, enfrentando os tufões e até os piratas que infestavam os mares do Celeste Império.

Segundo vários autores que se ocuparam das origens brumosas de Macau, os primeiros povoadores desta terra teriam sido os pescadores e negociadores de chá da província de Fuquien. Estes haviam-se radicado por aqui, com carácter mais ou menos permanente, na altura em que os portugueses chegaram à China. Esses pescadores fundaram também no local a primeira povoação e nela construíram o seu primeiro templo budista, dedicado à deusa A-Má. O templo ainda hoje existe, sendo conhecido vulgarmente pela gente de Macau como "Templo da Barra". Este teria sido construído em sinal de devoção para com aquela Deusa, que salvara uma embarcação do naufrágio no meio de uma grande tempestade. Além disso, A-Má teria estado, segundo se presume, na raiz da própria denominação de Macau.

A-Má é a padroeira dos homens do mar. Conhecida também por Má-Tchou, Tin-Hau, Neong-Má (como familiarmente é invocada pelo povo), foi no princípio, segundo a lenda, uma simples mortal, natural de Tin-Pou na província de Fuquien.

Lenda. Conta-se que ainda muito jovem, A-Má fez votos perpétuos de castidade, entregando-se seriamente à prática das virtudes da moral budista e sujeitando-se a longos jejuns. Ora, naqueles tempos, era muito vulgar o aparecimento de barcos carregados de folhas de chá, para a povoação que acabava de se estabelecer no ancoradouro da Barra. Um dia, a figura da "Soberana do Céu" resolveu embarcar como passageira numa dessas embarcações, no intuito de visitar alguns dos seus familiares que residiam no sul da província de Kuangtung. Como não possuía dinheiro para pagar a viagem, corria de barco em barco, pedindo que a levassem gratuitamente, oferecendo em troca as suas valiosas preces durante a longa viagem. Após muito andar, conseguiu finalmente encontrar quem lhe satisfizesse o pedido. Teria sido um dos muitos negociadores de chá, que aceitou levá-la no seu barco.

Aconteceu que durante a viagem surgiu uma forte tempestade, com o vento a aumentar de intensidade. Todos os barcos que tinham partido naquele dia com o mesmo destino afundaram-se, morrendo tripulantes e passageiros.

Contudo, passadas as fúrias da tempestade, e ainda agarrada à cana do leme do barco, A-Má conseguiu fazer chegar a sua embarcação incólume ao ancoradouro da Barra. Perante o espanto de todos, a passageira que tinha mendigado a passagem, dirigiu-se imediatamente à colina mais próxima para orar e, subindo, desapareceu entre as nuvens... Ficaram todos convencidos de que se tratava, afinal, de uma divindade. Logo mandaram construir ali o primeiro pavilhão do actual "Templo da Barra". Os restantes santuários foram construídos posteriormente, conservando-se o primitivo santuário através de todas as vicissitudes. Segundo muita gente crê, este primeiro santuário encerra o corpo da deusa A-Má, a quem é consagrado, - presença essa representada sob a forma de manipanso, com o pé esquerdo descalçado, porque com a pressa de desembarcar, ela teria deixado cair ao rio o sapatinho.

O "Templo da Barra", um dos mais belos do Sul da China, está construído num local aprazível, rodeado de penhascos revestidos de luxuriante vegetação e protegido por frondosas copas de árvores do pagode. Pela arquitectura típica, em três planos sobrepostos entre as rochas, é um dos templos mais procurados e visitados de Macau. Na esplanada, chamam a atenção dos visitantes os rochedos com gravações em relevo de *tous* (barcos chineses), entre os quais se encontra o da deusa A-Má, com a seguinte inscrição: *Lei sip tai ch'un* (Passou a salvo o grande rio).

O aniversário do nascimento de A-Má é celebrado no vigésimo terceiro dia, da terceira Lua, entre Abril e Maio, segundo o calendário lunar, sendo para os marítimos a mais importante festividade religiosa do calendário chinês. Ademais, o culto secular à deusa A-Má ficou de tal maneira arraigado no coração das gentes de Macau, que a Administração do Território lhe mandou erguer um impressionante monumento no altinho de Ká-Hó, em Coloane, inaugurado em Outubro de 1998.

Bibliografia

- Padre Manuel Teixeira, *Pagodes de Macau*, Macau, 1982;
 Graciete Nogueira Batalha, "Este Nome de Macau...", in *Via Latina* (Suplemento), Maio de 1991;
 Leonel Barros, *Macau. Coisas da Terra e do Céu*, Macau, 1999.

Leonel Barros

COUROS , MATEUS DE

Provincial do Japão, vigário apostólico, mártir incruento. Nasceu em Lisboa em 1568 e supõe-se que ali terá passado a infância, mas há indícios de que tenha entrado para os jesuítas a 22 de Dezembro de 1583, sendo estudante da Universidade de Coimbra (ARSI *Japsin* 35 13). Acabado o noviciado zarrou com outros 30 jesuítas a caminho do Oriente a 13 de Abril de 1586. Estudou filosofia e teologia em Goa e Macau, e aqui começou a aprender o idioma japonês antes de chegar ao Japão a 21 de Julho de 1590. Em Nagasáqui terminou a sua formação, em Março de 1596, altura em que voltou a Macau para se ordenar sacerdote. Voltou ao Japão a 14 de Agosto de 1596 e em finais de 1599 ocupou a reitoria de Shiki, a mais importante das missões de Amacusa. No início de 1600 Couros passou para Kawachinoura e meses depois para Nagasáqui. Durante ano e meio ensinou a língua japonesa aos novos missionários, e entre 1603 e 1606 leccionou teologia em Nagasáqui. Durante o seu reitorado foi companheiro do bispo Luís Cerqueira antes de ser enviado para a cidade de Hiroxima, onde o dáimio Fukushima Masanori deu aos jesuítas o terreno e as casas preparados para o filho adoptivo do seu predecessor Mori Terumoto caído em desgraça. Couros deixou Hiroxima em Outubro de 1607, nomeado reitor do seminário de Arima e das missões dessa zona, favorecido pelo dáimio Arima Harunobu Protásio. A 13 de Junho de 1612, o novo dáimio Arima Naozumi Miguel, traidor de seu pai e de sua fé, enviou dois fidalgos aos jesuítas de Arima com uma mensagem: “que como o senhor da Tenka proibia a nossa santa lei, não podia ele manter-nos mais nas suas terras; pelo que delas saíssemos depressa e nos fôssemos embora para onde quiséssemos, deixando as casas e igrejas com os tatamis, para o uso do Japão, e com todas as portas e a madeira que houvesse” [Couros, *Japsin* 57]. Couros prosseguiu como reitor do seminário transferido para Nagasáqui, mas em Fevereiro de 1614 Tokugawa Hidetada decretou o exílio geral dos missionários, estrangeiros e nativos, e proclamou a proscrição do cristianismo. Couros, doente e tolhido dos braços desde 1613, foi para Macau onde continuou de cama até pouco antes de voltar clandestinamente para o Japão, em Agosto de 1615. Quase dois anos mais tarde, a 18 de Julho de 1617, o visitador Francisco Vieira, em Macau, nomeou-o provincial do Japão. A doença obrigou-o a cessar funções a 2 de

Outubro de 1621. Para iludir os seus perseguidores foi para perto de Shimabara. Passou longo tempo escondido com o seu dójuco num cochitril dissimulado por trás da parede duma casa dos arredores de Fucai. Ali prosseguiu o trabalho pastoral através de cartas e de mensageiros. O provincial Francisco Pacheco, preso a 18 de Dezembro de 1625, nomeou-o seu vice-provincial. Por recear o perigo, em 1629, Couros deixou o seu refúgio e foi para Arié, para fugir de barco para Amacusa. Em 1630, sem domicílio fixo, foi nomeado provincial pela segunda vez, além de vigário da Sé do Japão. A perseguição obrigou-o a fugir para Osaca e logo a seguir para Fuximi, próximo de Quioto. António Cardim, promotor do Processo, resumiu assim a morte de Couros: "Esgotado por... trabalhos e perseguições contínuos, quando devido ao extremo perigo já ninguém se atrevia a recebê-lo em sua casa, o P. Mateus de Couros decidiu apresentar-se pelos seus próprios meios ao governador de Miaco. Ao chegar a Kami [zona da antiga capital], certo leproso acolheu-o na sua pocilga próximo de Fushimi. Ali obteve o descanso com uma piedosa morte a 29 de Outubro de 1633". O local e a data do martírio incruento de Couros, em Fushimi a 29 de Outubro de 1633, estão indicados no processo iniciado em Macau a 14 de Setembro de 1635, avalizado pelo testemunho de Pedro Morejón e por cartas dos mártires Bento Fernandes, António de Sousa e João Mat. Adami. O processo de beatificação de Couros iniciou-se em Macau em Setembro-Outubro de 1635 e foi aberto em Roma a 24 de Maio de 1901.

Escritos:

Cartas ânuas, pessoais e de ofício, inventariadas por Obara Satoru em *Kirishitan Kenkyu*, p. 378. Extractos em Franco, *Imagem Coimbra I* (índice).

Três cartas publicadas por J.F. Schütte em *Catálogos MHJ* 1.

Vários escritos editados e comentados por Álvarez-Taladriz:

- "Fuentes europeas sobre Murayama Toan" em *Tenri Daigaku Gakuho* (1966).

- "La razón de estado y la persecución del cristianismo en Japón" em *Sapientia* (Osaka Nov. 1967).

- "?Hermanos, o dógicos?" em *Sapientia* (1974).

Fontes manuscritas:

ARSI *Japsin* 16 I; 17; 18 I; 21 III; 25; 35; 37; 161 II.

BRAH Jes. Leg. 122 Ter 6 ff. 398-434, Processo de Macau, Setembro-Outubro de 1635.

British Museum *Add. Mss.* 9860.

Literatura:

Álvarez-Taladriz, José Luís, *Sumario* 298 416 etc.

Cardim, António, *Fasciculus Elogio* no. 55.

Cooper Michael, *Rodrigues the Interpreter* (índice).

Dehergne, *Répertoire* 222.

Franco, António, *Imagem Coimbra 1* (índice).

Nieremberg-Andrade 1664.

Sommervogel II col. 1578.

Juan Ruiz-de-Medina
(Trad. de Patrícia U. Gonçalves)

CLUBE MILITAR DE MACAU

O Grémio Militar foi fundado a 20 de Abril de 1870 por três jovens oficiais militares portugueses a cumprir comissões de serviço em Macau, no início de carreiras militares, a vários títulos, notáveis. A agremiação, destinada a “todos os oficiais do exército, marinha, reformados e aspirantes”, teve no capitão Manuel Azevedo Coutinho o seu primeiro presidente de direcção, que integrava ainda os vogais tenente Henrique de Carvalho (imortalizado como o “explorador da Lunda”) e alferes Rafael das Dores - este último, o autor da ideia, conforme se pode ler na acta de fundação: “propôs o alferes Dores organizar-se um Gremio não só para ponto de reunião, como, mui principalmente, para nele se estabelecer uma biblioteca de livros militares científicos e de qualquer outro assunto, jôgo de armas, e de todos permitidos por lei.”

Desde logo, a primeira direcção do Grémio dedicou-se ao projecto do estabelecimento de uma sede própria, a qual surge na baía da Praia Grande, ao lado do jardim de S. Francisco, em 1872. Embora não haja documentos conclusivos sobre a matéria, o projecto de arquitectura do edifício apalaçado é atribuído pelos investigadores ao tenente de engenharia Henrique de Carvalho - ele que, por esses anos, concebe o primeiro edifício do hospital Conde de S. Januário (demolido nos anos sessenta), entre vários outros projectos das áreas da arquitectura e do planeamento urbanístico.

Em 8 de Junho de 1871, o capitão Azevedo Coutinho, na qualidade de presidente, procede ao registo predial da sede: “Prédio Urbano de um andar que contém 13 janelas, 6 portas que deitam para as varandas e 2 de serventia, medindo a area de toda a propriedade dois mil e onze covados quadrados portugueses (...)”

No mesmo ano, é feita uma importante reforma aos estatutos do Grémio que passa a admitir como sócios, além de oficiais militares, “cavalheiros a quem forem conferidas honras de oficiais militares”. (Mais tarde, em 1915, a secção de ténis do Grémio, com pergaminhos no clube, haveria de admitir “não só os cavalheiros que não sejam sócios do Grémio, mas também as senhoras que queiram inscrever-se”.)

Ponto de encontro da comunidade lusófona, as “soirées dançantes”, de canto e música, nas últimas décadas do século passado, rivalizavam com os

sumptuosos bailes que Januário Correia de Almeida, 1º Visconde de S. Januário (Governador de Macau, 1872-1874), organizava então no Palácio do Governo.

Os salões do Grémio acolhiam também, amiúde, a intelectualidade da província ultramarina do Sul da China, para conferências e palestras sobre os mais variados assuntos, embora, “as ciências da guerra” e a “História da Pátria” fossem, de início, os temas dilectos dos conferencistas. (A primeira conferência de que há registo, em Janeiro de 1873, foi proferida pelo segundo-tenente da Armada J. M. Teixeira Guimarães e versou o bélico tema “Artilharia e Couraças”. Em 1915, Camilo Pessanha foi ao Grémio Militar dissertar sobre a língua chinesa, na qualidade confessa de “*dilletante* de sinologia”.)

Em 1902, o edifício, que “ameaçava ruína”, sofre as suas primeiras obras de remodelação e, em 1909, no estertor da Monarquia, é inaugurado no salão nobre do Grémio, o retrato de D. Manuel II, oferecido pelo monarca.

Mesmo à distância de dois continentes, os tempos “formidáveis” da Primeira República não podiam deixar de marcar a vida local e, no caso, a da instituição macaense - cuja maioria dos sócios, segundo a imprensa da época, seria mesmo afecta ao *ancien régime*. Dias depois do 5 de Outubro de 1910, o padre José da Costa Nunes (mais tarde ordenado bispo de Macau) quase era impedido de proferir uma conferência porque “avolumavam-se os boatos e falava-se em desordens e violências caso se desse o escândalo inaudito de um padre fazer uma conferência num clube militar [dias depois] da revolução republicana”...

A palestra realizou-se, sem desacatos.

Quando o Grémio Militar assinala o seu cinquentenário, em 1920, atravessa graves dificuldades financeiras, de tal modo que a direcção da altura se vê obrigada a festejar as “bodas de ouro” com uma *soirée* custeada pelos sócios. Mas não seriam esses os tempos mais difíceis da instituição.

Em 1941 as forças do Crisântemo e da Espada conquistam Hong Kong às tropas britânicas e Aliadas, fazendo milhares de prisioneiros, muitos deles de ascendência portuguesa. Uma vaga de refugiados de guerra invade Macau e o Grémio Militar passa a acolher centenas deles. As instalações ficavam, assim, ocupadas para fins humanitários até ao Dia da Libertação, em 1945. No entanto, a instituição não se liberta, logo aí, de inquilinos estranhos à sua vocação original: durante os seis anos seguintes serve de sede da Fazenda Pública.

É claro que todas estas atribulações e diferentes usos causaram profundos danos na sede do Grémio. Em 1951, o Governo devolve as instalações ao Grémio Militar, depois de promover e custear vastas obras de remodelação do prédio e de renovação do mobiliário que tinha sido praticamente destruído

durante o período da Guerra do Pacífico.

Os dois anos seguintes seriam marcantes na vida da instituição. Em 52, os salões do Grémio recebem a visita do ministro do Ultramar, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, o único alto funcionário do Estado Novo que visitou Macau. Em 53, faz-se quinta e profunda revisão aos estatutos da agremiação, que determina a mudança de nome para a sua actual designação, Clube Militar, e, segundo o historiador Manuel Teixeira, uma “mudança de mentalidades” que passou a colocar o “recreio” à frente da “instrução”.

Perde-se, sensivelmente por esses anos, o rasto da valiosa biblioteca constituída nas primeiras décadas da instituição: “furtada, roída pela formiga branca ou queimada, como foi, a monte, no tardo do edifício” (Henrique de Senna Fernandes, 1983).

Nas décadas seguintes, com a crescente vitalidade de outras associações de matriz lúdico-cultural, mormente, as que gravitavam em torno do Teatro D. Pedro V, o Clube Militar conhece um período de menor notoriedade na vida social e cultural do enclave. Destaque-se apenas a cerimónia de comemoração do centenário da instituição, que, tal como sucedera no cinquentenário, não é assinalada no próprio dia da efeméride, mas a 13 de Agosto de 1970. Em sessão solene, o governador Nobre de Carvalho distingue o clube com a Ordem do Infante D. Henrique, uma das várias altas condecorações do Estado Português e do Território de Macau com que a instituição foi distinguida até hoje.

Em 1975, com a extinção do Comando Territorial das Forças Armadas Portuguesas, o clube abre-se definitivamente aos sócios civis, reservando apenas os cargos de direcção para os oficiais militares (prerrogativa que termina com a revisão dos estatutos de 1996).

Depois de um período de grande torpor, que atravessa toda a década de 80, motivado, sobretudo, pelo alheamento da massa associativa, o “Militar” entra nos anos 90 - anos derradeiros da presença administrativa portuguesa - com forte determinação em preparar o seu futuro. Uma vasta obra de remodelação arquitectónica, liderada pelos arquitectos Bruno Soares e Irene Ó, restitui ao velho grémio a dignidade dos primeiros anos, conferindo-lhe o conforto e as vantagens da modernidade. O edifício, à excepção da fachada - ex-libris do clube - é totalmente destruído e reconstruído, numa obra que teve o alto patrocínio do Governador de Macau. Em Abril de 1995, realiza-se a cerimónia de inauguração da renovada sede, perante o Presidente Mário Soares (que outorga, na ocasião, a medalha de Membro Honorário da Ordem de Mérito ao clube).

Para a História da vetusta agremiação deve-se ainda acrescentar dois nomes: tenente-coronel Manuel Geraldês, que, entre 1991 e 98, foi o último presidente militar da instituição; e António Santos Ramos, o primeiro presidente civil da direcção do Clube Militar, empossado a 1 de Abril de 1998.

Sinal dos tempos, dos cerca de 1000 sócios que o Clube tinha em 1998, quase metade era de nacionalidade chinesa.

Bibliografia

- . Teixeira, Manuel – *Os Militares em Macau*, 2ª edição, Imprensa Oficial, Macau, 1984;
- . Fernandes, Henrique de Senna – *A História do Clube Militar* (Opúsculo), Imprensa Oficial, Macau, 1983;
- . Imprensa: *O Clarim*, *Gazeta Macaense*, *O Macaense*, *O Independente*, *O Progresso*, *Boletim da Província de Macau e Timor*;
- . Relatórios e Actas do Clube Militar.

Paulo Coutinho